



O futuro da água é agora!

Uma experiência de educomunicação socioambiental em Santo André





O futuro da água é agora!

Uma experiência de educomunicação socioambiental em Santo André

Prefeitura Municipal de Santo André

Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André

Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê

Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (FEHIDRO)

Santo André - 2024



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Água, Câmera e Ação. O futuro da água é agora! : uma
experiência de educomunicação socioambiental em
Santo André /organização Elaine Cristina da Silva
Colin. --Santo André, SP : Semasa, 2024.
-- (Água, câmera e ação)

Vários autores.
ISBN 978-85-89090-05-6

1. Água - Aspectos ambientais 2. Comunicação
3. Educação ambiental 4. Santo André (SP)
I. Colin, Elaine Cristina da Silva. II. Série.

24-196452

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação ambiental 304.2

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



Educomunicação e protagonismo social ressignificando os processos de sensibilização ambiental em diferentes espaços

AUTORA:
Thaís Brianezi



Filmagens - turma Morro da Kibon - Água, Câmera e Ação

Introdução

No dia 23 de novembro de 2022, tive a alegria de participar do seminário “O futuro da água é agora: o potencial da educomunicação para conservação dos recursos hídricos”, organizado pelo Semasa. Na ocasião, fiz uma apresentação intitulada “Educomunicação e protagonismo social - ressignificando os processos de sensibilização ambiental em diferentes espaços (escola e comunidade)”.

Não por acaso, é o mesmo título deste capítulo. Nele, vou poder compartilhar com mais pessoas interessadas os três pontos sobre os quais conversei com os participantes do referido seminário, a saber: 1) o que afinal é educomunicação; 2) interfaces entre educomunicação e educação ambiental; e 3) estratégias de educomunicação socioambiental.

Esta publicação tão importante representa uma ferramenta de comunicação pública das ciências, que é o termo utilizado quando pesquisadores divulgam seus trabalhos para um público mais amplo, não necessariamente formado só por especialistas (CASTELFRANCHI e FAZIO, 2021). Por isso, adotei um tom mais coloquial, buscando seguir as diretrizes de linguagem simples (AS-SUMPCÃO e BOCCHINI, 2006; FISCHER, 2018). Mantive as indicações de referências bibliográficas, para quem quiser se aprofundar em cada ponto e ter acesso ao debate mais acadêmico.

O que, afinal, é educomunicação?

Iniciei minha apresentação no seminário exibindo o vídeo “Metodologia ou tecnologia”¹ (MENTA/ UNIPAC - 2007), produzido pelo Grupo de Trabalho de Imagem e Conhecimento da Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac), de Barbacena (MG). O vídeo é uma animação, na qual uma professora está em sala de aula ditando a tabuada a crianças sentadas em carteiras escolares enfileiradas, todas olhando para frente, para uma lousa. Enquanto o adulto fala (“um mais um, dois”), elas só repetem. Aí um homem engravatado interrompe a aula para dizer à professora que “a partir de hoje a sua escola será moderna”, “uma escola do futuro”, com novos equipamentos e novas tecnologias. Há um corte para outra cena, uma semana depois, na mesma sala de aula: a professora aperta um botão e automaticamente descem uma tela e um projetor, e as crianças estão sentadas (ainda em fileiras), cada uma com um computador. A música de fundo é eletrônica, futurista, mas a ação que se desenrola a seguir não tem qualquer novidade: o adulto fala (“um mais um, dois”) e as crianças novamente só repetem. E o vídeo termina com as seguintes perguntas: tecnologia ou metodologia? Para que serve a tecnologia se o método se mantém? Cadê a escola nova?

Gosto de usar este vídeo para introduzir o que é educomunicação porque o fetiche pela tecnologia (ou seja, acreditar que elas são mágicas, que resolvem todos os problemas) também aparece quando muita gente ouve pela primeira vez o termo educomunicação. Imaginar que ele está ligado necessariamente (e somente) ao uso das chamadas novas mídias na educação é um engano, porque a educomunicação também vai muito além do mero uso das tecnologias na escola. Sua chave está em ajudar a construir ou fortalecer ecossistemas comunicativos mais abertos, horizontais, baseados no diálogo. Aliás, educomunicação não acontece só com recursos das tecnologia da informação e comunicação (ligadas à internet, como computador e celular) e também não se restringe às escolas. A essência do fazer educacional, dentro ou fora da escola, está na intencionalidade, nos princípios (SOARES, 2011).

¹ Disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=xLRt0mvvpBk>.



Há uma organização da sociedade civil em Salvador chamada Cipó, que desde 1999 trabalha com educomunicação (para saber mais sobre a Cipó, acesse o site da organização: www.cipo.org.br). E ela sintetiza assim os princípios que deveriam reger a educação pela comunicação nas escolas (e, ousou dizer, também fora dela):

- ▶ **Inclusão** - de várias habilidades trabalhadas no fazer educacional e de várias pessoas, respeitando a diversidade e combatendo preconceitos;
- ▶ **Criatividade** - sair da caixinha, inovar em termos pedagógicos e nas linguagens testadas;
- ▶ **Motivação** – participantes devem sentir prazer em realizar o projeto, não pode ser algo imposto;
- ▶ **Observação crítica e experimentação** – a leitura crítica das mídias e produção colaborativa de produtos midiáticos são dois processos que se retroalimentam, ajudam a desnaturalizar repertórios engessados das mídias comerciais;
- ▶ **Participação ativa** – as pessoas envolvidas no fazer educacional devem ser protagonistas, sujeitos ativos no processo e não meros cumpridores de tarefas pré-programadas;
- ▶ **Interatividade** – gestão participativa do processo entre todos os participantes, em uma relação horizontal;
- ▶ **Integralidade** – trabalhar com os quatro pilares da educação definidos pelo pedagogo Jacques Delors: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser;
- ▶ **Qualidade** – buscar a excelência tanto no processo quanto no produto;
- ▶ **Afetividade e cooperação** – o trabalho coletivo e colaborativo gera relações de companheirismo.

É claro que nem sempre é possível alcançar todos esses princípios na sua amplitude e plenitude, porque a gente não vive em uma sociedade na qual a comunicação e educação não costumam ser dialógicas. Pelo contrário, muitas vezes elas são tratadas de forma instrumental, como mercadorias. Então, nosso fazer educacional costuma estar imerso em contradições e paradoxos e, em cada contexto, a gente deve buscar realizar a educomunicação possível (VIANA, 2017).

O reconhecimento acadêmico do termo educomunicação está ligado a uma pesquisa realizada entre 1997 e 1999 pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (NCE/ECA/USP), que ouviu 176 pesquisadores e especialistas de 12 países da América Latina que trabalhavam com a comunicação como eixo transversal de atividades de transformação social. Ela indicou então a existência de um campo emergente que apontava para a superação da falsa dicotomia comunicação/tecnologias e educação/didáticas, ancorado nas experiências de educação e comunicação populares latinoamericanas (SOARES, 2011).

Quando me pedem uma definição curta sobre o que é educomunicação, gosto de dizer que é o exercício do direito à comunicação, que promove a aprendizagem individual e coletiva, favorecendo a participação e o fortalecimento da democracia (BRIANEZI e GATTÁS, 2022). Nesse sentido, educomunicação tem muitas aproximações também com o conceito de governo aberto, que tem como pilares a transparência, integridade, inovação e participação popular (COPICOLA, 2023).

Paulo Freire é uma grande referência para a educomunicação, porque nos ensinou que educar é dialogar, é não sloganizar, é se abrir para escuta ativa (FREIRE, 1985). E que, para dialogar, é preciso reconhecer que todo mundo sabe algo mas ninguém sabe tudo, que ação e reflexão devem caminhar juntas (FREIRE, 1989).



Para Freire, não há diálogo sem que cada pessoa exercite, além da fala, a escuta atenta, a reflexão sobre o ponto de vista daqueles com quem dialoga. Para dialogar, é preciso estar aberto a observar a realidade sob diferentes pontos de vista e disposto a transformar suas próprias compreensões. Ou seja, o diálogo deve ser uma relação horizontal, permeada por confiança mútua: confiança essa que está diretamente relacionada à coerência entre o que se diz e o que faz, entre a palavra e a vida (CECCON, 2020).

Interfaces entre educomunicação e educação ambiental

O 14º princípio do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global diz que “a educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade”. Este importante documento é um dos resultados da Cúpula dos Povos, organizada pela sociedade civil durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992 (e que, por isso, é mais conhecida como Eco-92 ou Rio-92). Ele foi uma das bases para a elaboração da Política Nacional de Educação Ambiental do Brasil, aprovada em 1999. Neste 14º princípio, já fica evidente a vinculação entre o direito à comunicação e a educação ambiental, ao nos lembrar, por exemplo, que rádio e televisão aberta são concessão pública e devem ter programação comprometida com interesses da coletividade. E a perspectiva do direito à comunicação e sua vinculação com as lutas socioambientais nos convida a ampliar nosso olhar e entender que o cidadão deve ser visto não só como receptor, mas principalmente como emissor (BRIANEZI, 2012).

Bruno Latour (2004, p. 351) nos ensinou que “a crise ecológica [...] apresenta-se antes de tudo como uma revolta generalizada dos meios. Nem nada, nem ninguém quer aceitar servir como simples meio para o exercício de uma vontade qualquer, tida como fim último”. Ou seja, precisamos parar de tratar os seres - e não só os humanos - como recursos, como objetos a serem explorados. Precisamos desconstruir a lógica instrumental, inclusive na comunicação, e passar dos meios às mediações (BARBERO, 2008).

É por isso que desde 2005 o Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil trabalha com a comunicação ambiental na perspectiva da educomunicação. E, nessa linha, em 2011, publicou a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA), documento que traz a educomunicação como chave para a gestão democrática das áreas protegidas (MENEZES, 2015).

Um levantamento realizado em 2017 por Beatriz Truffi Alves, no seu Trabalho de Conclusão de Curso na Licenciatura em Educomunicação da ECA/USP, mostrou que 21 dos 27 estados brasileiros possuíam políticas de educação ambiental instituídas e seis deles (Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraná, São Paulo e Sergipe) tratavam explicitamente de “educomunicação” nas referidas leis (ALVES e VIANA, 2020). No próprio seminário “O futuro da água é agora: o potencial da educomunicação para conservação dos recursos hídricos”, a gerente de Educação e Mobilização Ambiental do Semasa, Elaine Cristina da Silva Colin, contou que a Política Municipal de Educação Ambiental de Santo André é de 2015 e trata da educomunicação.

Estratégias de educomunicação socioambiental

Pensar políticas públicas de educomunicação (e também práticas e projetos) passa por reconhecer a importância de uma comunicação de fato acessível para todos. Isso envolve acessibilidade digital e linguagem simples, esse movimento internacional cada vez mais forte (FISCHER, 2018), que no Brasil era chamado de linguagem cidadã (ASSUMPÇÃO e BOCCHINI, 2006) está se institucionalizando em políticas públicas, como o Programa Municipal de Linguagem Simples de São Paulo (COPICOLA, 2021).



O que significa adotar uma linguagem simples? Compartilho abaixo as dicas que apresentei no seminário e que são baseadas no livro “Para Escrever Bem” (ASSUMPÇÃO e BOCCHINI, 2006):

- ▶ Usar frases curtas, de no máximo 20 palavras, porque nosso cérebro as processa mais rapidamente;
- ▶ Escrever em ordem direta (como a gente fala: sujeito > verbo > complemento/objeto - “Eu me chamo Thaís” e não “Thaís, eu me chamo”);
- ▶ Evitar intercalação, que é a informação extra entre vírgulas (elas em geral podem virar outra frase);
- ▶ Anunciar e enumerar as listas, para preparar o cérebro para o que vem a seguir (no lugar da tradicional canção “Verde, amarelo, azul e branco, são as cores do Brasil”, teríamos “As cores do Brasil são quatro: verde, amarelo, azul e branco”);
- ▶ Buscar palavras conhecidas do público (e explicar sempre que tiver que usar termos técnicos e siglas).

A grande dica para perceber se o seu texto está ou não em linguagem simples é lê-lo em voz alta. Se possível, para outra pessoa.

Tem gente que confunde linguagem simples com superficialidade, com empobrecimento do vocabulário e do conhecimento das pessoas sobre as regras gramaticais. Nada mais enganoso, porque para utilizar linguagem simples a pessoa precisa antes saber exatamente o que quer dizer, ter domínio do assunto e conseguir explicá-lo. Como nos ensina Graciliano Ramos (2014, p. 77), escrever em linguagem simples dá mais trabalho:

Deve-se escrever da mesma maneira com que as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever deveria fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.

Não por acaso, este trecho estava citado no projeto de lei que deu origem à Lei Municipal de Linguagem Simples de São Paulo, de 2020. E não é mera coincidência, também, que Graciliano Ramos seja o autor da frase “Cuidei bastante da limpeza pública”, que fazia parte de um relatório escrito por ele quando foi prefeito de Palmeira dos Índios, em Alagoas. Em “Para Escrever Bem”, as autoras Maria Elena Assumpção e Maria Otilia Bocchini fazem uma brincadeira com o leitor e colocam essa frase ao lado de outra declaração fictícia mais enrolada (“No que concerne às questões das boas condições de limpeza pública desta cidade, posso afirmar com toda a sinceridade que, na medida do possível, conseguimos, com nossos melhores esforços, resultados que podem ser considerados positivos”) (ASSUMPÇÃO e BOCCHINI, 2006, p. 29). Eu costumo usar as duas frases em formações sobre educação e perguntar qual declaração os participantes acreditam que seja verdadeira. E em geral, a maioria pensa que é a frase maior (mas que não diz nada a mais, só enrola). Isso porque o autoritarismo marca historicamente as relações políticas e sociais no Brasil e nos faz associar autoridade com “falar difícil”.





E é justamente para construir relações mais democráticas e horizontais, tão importantes para a educomunicação e a educação ambiental, que conhecer e exercitar linguagem simples é fundamental. Mas, não é suficiente, porque só informação não basta, é preciso trabalhar também projetos de vida e estar atento a que valores passamos em nossas mensagens. Vilmar Berna, um dos criadores da Rede Brasileira de Informação Ambiental (REBIA), gostava de usar o seguinte exemplo: se a gente falar apenas que a água potável do planeta está diminuindo, e der muitos dados que comprovem esse fato, vai ter gente que vai se preocupar em usar água com mais responsabilidade, mas vai ter gente também que vai enxergar aí uma oportunidade de negócio (por exemplo, privatizar minas para vender água engarrafada).

Logo, a educomunicação deve conciliar denúncia e anúncio, ajudar a apontar outros futuros (e presentes) possíveis (e necessários). Um bom exemplo dessa ampliação de perspectiva aconteceu com a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. Antes ela se chamava apenas Campanha Permanente contra os Agrotóxicos, com o símbolo da caveira, e denunciava os males que a população brasileira sofre pelo fato de o Brasil ser campeão mundial no uso de venenos na agricultura (muitos deles proibidos em outros países). Depois, os movimentos sociais participantes perceberam que era preciso também falar sobre os benefícios da agroecologia e acrescentaram o “pela vida” ao nome da campanha. E, nesse processo, passaram a fazer atos públicos com linguagem mais lúdica: como a ação na praia de Copacabana em 2013, na qual uma ativista vestida de branca de neve caía na areia da praia, porque comeu a maçã envenenada não pela bruxa, mas por agrotóxicos (Informações colhidas pela autora em relatos orais dos participantes da Campanha Nacional Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida em 2013, quando ela integrou a equipe de pesquisa do projeto “Semeando Ativismo”, da Escola de Ativismo, com apoio da Oxfam²).

Considerações finais

Para compreender como a educomunicação e o protagonismo social ajudam a dar novos sentidos aos processos de sensibilização ambiental em diferentes espaços (incluindo escola e comunidade), é preciso ter em mente que a educação ambiental que se quer promover não é prescritiva, mas sim transformadora, comprometida com a transição para sociedades mais justas e sustentáveis. Na Oca - Laboratório de Política e Educação Ambiental da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esa/USP - Integrei a Oca de 2010 a 2013, durante meu doutorado, orientado pelo professor Marcos Sorrentino), a gente identificou que os pilares desse fazer educativo eram os conceitos de identidade, comunidade, diálogo, potência de ação e felicidade. A gente age coletivamente em comunidade, buscando fortalecer identidades múltiplas, individuais e coletivas, a partir do diálogo, ampliando a potência de ação em busca da tão almejada felicidade (SORRENTINO et al, 2010).

Nessa busca, a educomunicação pode ser um antídoto para o perigo das histórias únicas (ADCHIE, 2019), nos ajudando a sair da armadilha do consumo individual para a plenitude das ações coletivas. O fazer educacional nos ajuda a gerar bons encontros que nos mobilizam a agir, reconhecendo que nossa sobrevivência e felicidade estão na relação, na interconexão - e não na objetificação e mercantilização.

2 Oxfam: é uma confederação de organizações não governamentais independentes de diversos países que em 2015 se uniram para trocar conhecimentos e recursos, bem como para unir forças na luta contra a pobreza e a injustiça. (<https://www.oxfam.org/es/que-hacemos/quienes-somos/estructura-organizativa>)